

VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil

Título: **ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O CASO DAS CIEAS (COMISSÕES INTERINSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL).**

Eduardo da Costa Pinto d'Avila¹

GT-6: A reordenação da Sociedade Civil brasileira e a educação: empresariamento e resistências

Resumo

Este artigo investigou as concepções de *Estado* e de *Sociedade Civil* no Brasil, tomando como estudo de caso as políticas de criação das CIEA – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, fundamentalmente colegiados estaduais. O objetivo da pesquisa foi fazer uma análise do documento de criação da CIEA, de forma a sublinhar como os conceitos de Estado e Sociedade Civil são apreendidos pelo documento. A metodologia utilizada foi análise documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa teve como principal referência teórica os conceitos formulados por Antônio Gramsci, principalmente os de Estado integral e sociedade civil (GRAMSCI, 2010), bem como sua concepção de sindicato. Concluiu-se que, após ter sido realizada análise as políticas de criação das CIEA no Brasil, a concepção de uma democracia “participativa” foi apreendida como um produto sócio-histórico limitado a interesses políticos identificados com a função educadora do Estado de reorganizar a sociabilidade do capital no Brasil (MARTINS, 2009).

¹ Graduado em Ciências Sociais na UFRJ (2007), é professor de Sociologia e mestrando do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da UFRJ, e atua no Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). Email: eduardocavila@gmail.com

Introdução

Este artigo investigou as concepções de *Estado* e de *Sociedade Civil* no Brasil, tomando como estudo de caso as políticas de criação das CIEA – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, fundamentalmente colegiados estaduais. O objetivo da pesquisa foi fazer uma análise do documento de criação da CIEA, de forma a sublinhar como os conceitos de Estado e Sociedade Civil são apreendidos pelo documento. A metodologia utilizada foi análise documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa teve como principal referência teórica os conceitos formulados por Antônio Gramsci, principalmente os de Estado integral e sociedade civil. Concluiu-se que, após ter sido realizada análise das políticas de criação das CIEA no Brasil, a concepção de uma democracia “participativa” foi apreendida como um produto sócio-histórico limitado a interesses políticos identificados com a função educadora do Estado de reorganizar a sociabilidade do capital no Brasil (MARTINS, 2009).

Partimos da idéia central de que as políticas de criação de espaços interinstitucionais, e mesmo dos critérios de composição deste espaço, são influenciadas pelas estratégias adotadas por frações de classes dominantes na tarefa de educação política de empresários e trabalhadores para a nova sociabilidade. O artigo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento é analisada a conjuntura de surgimento dos conselhos no Brasil contemporâneo, especialmente durante a década de 1980 e 1990. Em seguida, após uma contextualização, foram analisadas as políticas de criação das CIEA em um estudo de caso, no contexto de uma nova sociabilidade no Brasil contemporâneo.

Para tanto, o artigo faz um estudo sobre o documento de criação deste Conselho, no âmbito da Educação Ambiental. O viés crítico na educação ambiental nos orienta a conceber a realidade pelo prisma do conflito, por isso as categorias “sociedade civil”, Estado, público e privado estão em disputa por projetos políticos que defendem uma determinada sociabilidade, e que querem assegurar o consenso. O que motivou a dedicação da primeira parte deste artigo ao debate sobre o Estado foi uma tentativa de desconstruir as concepções liberais das categorias “público”, “privado”, “sociedade civil”, tão presentes em documentos oficiais de criação dos CIEAs e nos textos dos autores que são simpáticos ou apoiadores desta política pública. Para tanto, foi preciso um quadro teórico que tivesse contribuído de forma decisiva para a universalização do conceito de Estado. De fato, a grande contribuição de Gramsci à ciência política foi sua concepção do Estado “Ocidental”.

A concepção marxiana de Estado

A teoria do Estado que teve muita influência durante todo o século XX foi aquela com matriz na obra formulada por Karl Marx. Uma das principais influências de Marx foi Hegel, que identificou o Estado como uma unidade maior que se compõe em organismos mais ou menos autônomos, que os sustenta e os reproduz. Esta teorização do Estado foi superada por Marx (2003) na relação contraditória entre capital e trabalho.

Os conceitos de Estado e Sociedade Civil em Hegel ganharam relevância por dois motivos: 1) Superação da construção a-histórica dos jusnaturalistas; e 2) o que Hegel chamou de “trama privada” constitui os organismos que disputam no campo ideológico algo “privado” do público. A contribuição de Hegel para a compreensão do Estado e da sociedade civil foi uma volta completa no círculo produzido inicialmente por Maquiavel, aquele que inaugura a ciência política propriamente dita.

Em Hegel o termo associativismo, relacionado à “trama” privada do Estado, conduz à idéia de que o governo organiza o consenso (educando este consenso) pelas associações políticas e sindicais que são organismos privados. Mas esta associação seria ainda restrita a associações econômico-corporativas, como políticas inseridas na economia. Neste contexto de participação política restrita vivida por Hegel ocorre a superação teórica e política, em análise o estado parlamentar com seu regime de partidos. No entanto, Hegel estaria vivenciando a experiência de uma época em que só era possível dar um exemplo acabado de organização: o “corporativismo”.

Marx avança e supera Hegel no que diz respeito aos conceitos de infra-estrutura e superestrutura, que seriam a produção econômica e o campo das ideologias, respectivamente. A superação de Marx se refere ao criticar Hegel por não considerar alguns determinantes que movem a história, dentre eles o mais importante: o da luta de classes. A nova determinação está balizada na objetividade, que está no campo da produção: o materialismo histórico dialético é que une o portador material das relações sociais de produção e a organização da sociedade civil de acordo com aquelas relações.

Marx analisou (1996) o Estado em sentido estrito uma vez que na sua época havia pouca participação política das massas ou das classes trabalhadoras, sendo um Estado marcado pelo poder coercitivo e repressivo, donde resulta a formulação de Marx de aparelhos repressivos do Estado. Na época de Hegel e depois na de Marx, o Estado não podia ser visto de outro modo senão enquanto Estado Coerção, referenciado pelos aparelhos repressivos de Estado. Mas justamente por ser uma sociedade em que tudo depende diretamente do controle do Estado Coerção, não há participação das massas.

Com efeito, na medida em que a participação das massas modifica certas estruturas, reagindo às pressões das crises na expansão das forças produtivas, o Estado Coercitivo presume-se incapaz de se reproduzir sem criar consensos com as massas. A razão para que Marx tenha dado ênfase à infra-estrutura, é o fato de não haver na época de Marx a organização das massas em torno dos sindicatos, e a autonomia relativa das organizações ditas civis.

O debate sobre o conceito de Estado em Marx é importante em função do tipo de Estado que Marx analisou. Segundo Gramsci, este Estado de Marx foi alterado por um tipo mais complexo e amplo, que o marxista italiano chamou de “Ocidental”. Este é um ponto importante porque Marx está realizando uma análise histórica a partir de um determinado tipo de Estado em uma determinada data. Partir da alteração deste Estado na passagem do século XIX para o XX é reconhecer ser necessário estudar as correntes surgidas em função desta alteração, marcado pela socialização da participação política, através do sufrágio universal.

A concepção gramsciana de Estado

De acordo com Gramsci (2011), o Estado “Oriental” é o Estado onde a sociedade civil ainda é pouco desenvolvida. Neste tipo de Estado, a sociedade política possui mais força e a sociedade civil exerce pouca influência política. Este Estado mudou. Gramsci foi motivado pela alteração do Estado em relação ao Estado analisado por Marx, claramente centralizado na função coercitiva em função do tipo de Estado totalitário. Por isso, Gramsci avalia esta mudança conferindo novo peso ao papel da sociedade civil enquanto superestrutura, na medida em que o Estado incorpora os aparelhos de hegemonia na estratégia política. Todas as correntes teóricas do século XX passaram a vivenciar outras características do Estado. Todas investigaram um novo tipo de Estado, desconhecido por Marx, embora nem todos tenham se dado conta do que mudou. Esta alteração gerou tanto a formulação de Antônio Gramsci de um tipo de Estado chamado

“Ocidental” quanto a formulações divididas basicamente entre políticas liberais ortodoxas e políticas liberais heterodoxas. Em função do debate entre os críticos do marxismo e a concepção marxista do Estado, foi usado Gramsci como referência teórico-metodológica, considerando suas formulações e sinalizações sobre a complexidade do Estado no início do XX, e pela nova sociabilidade propiciada pela socialização da participação política.

A grande contribuição do comunista italiano Antônio Gramsci para o tipo de análise proposta foi sua formulação do conceito de Estado Ocidental. Este conceito foi escolhido simplesmente por que existem indicadores que apontam ser o Estado brasileiro um Estado do tipo ocidental (COUTINHO, 2009). As principais características da ocidentalização do Estado brasileiro foram a reprodução de inúmeras organizações da sociedade civil e a abertura de espaços interinstitucionais com vistas a formação do consenso durante a década de 1990.

Gramsci desloca a sociedade civil para compor um Estado integral. A sociedade civil estaria ligada a superestrutura, uma ampliação do conceito do Estado Ocidental. Em Gramsci, o Estado passa a ser entendido por novas determinações colocadas pela experiência da Revolução francesa, sobretudo com os clubes jacobinos e as conspirações secretas ocorridas entre grupos distribuídos pelos clubes reunidos em assembleias populares. Estes clubes tinham cada qual seu jornal e disputavam a atenção e o interesse de dada “clientela” (GRAMSCI, 2011).

Um Estado cujas funções se restrinjam à tutela da ordem e do respeito às leis seria um Estado italiano chamado de *carabiniere*. O oposto deste seria, de um lado, o Estado ético – de origem filosófica e intelectual; e, de outro, o Estado intervencionista – de origem econômica que se desdobra em duas determinantes: ao protecionismo ou nacionalismo econômico, e à tentativa de frações de classe dominante, de origem latifundiária e feudal, de se responsabilizar pela “proteção” das classes trabalhadoras. Estas tendências são imbricadas por diversas combinações e forças: liberais economicistas que prefeririam um Estado que conservasse a ordem e as leis que protegem os privilégios, mas também liberais intervencionistas – liberais no campo econômico e intervencionistas no cultural (GRAMSCI, 2011).

A sociedade política, entendida como o tribunal, a polícia etc., é constituída por forças que lutam contra o novo, conservam o que oscila e reforçam a resistência ao novo que encontra resistência ao se desenvolver (GRAMSCI, 2011: 272). No sentido comum, o conceito de Estado leva a enganos, como o do crítico e historiador Daniel Halévy (1872-1961) no livro “Decadência da liberdade”, por não considerar o fator de intervenção do Estado, justifica a Revolução Francesa partindo não dos resultados do sufrágio universal, mas de órgãos privados que estão para além do governo. Para Gramsci, é desta crítica ao “Estado que não intervém (...) [que] nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do executivo etc.” (GRAMSCI, 2011: 269).

Gramsci (2011) sublinha que as formas de governo seriam uma “reapresentação” da forma corporativo-econômica, ou seja, a “confusão” entre sociedade política e sociedade civil (daí sua fórmula “Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil”, ou “hegemonia couraçada de coerção”). Na verdade, este tema é crucial em uma cultura que conceba o Estado como um produto histórico, que pode se transformar e, inclusive, vir a ser extinto.

A estratégia das frações de classe dominante se modificou sempre buscando o consentimento. Gramsci viveu este contexto e pôde conferir uma importância a sociedade civil, por enxergar nela o espaço em constante conflito e que reproduz a legitimidade de princípios e valores, pela propaganda, pela divulgação em massa. O

Estado Integral seria composto pela sociedade civil e pela sociedade política, sendo que em ocasiões extremas, a sociedade política seria absorvida na sociedade civil, reproduzindo uma classe fundamental.

As frações de classe que pretendem conquistar a hegemonia precisam garantir, além do domínio, a direção moral e intelectual da política. A hegemonia se dá pela adesão voluntária da maioria aos projetos políticos propostos pelas classes fundamentais, o que na prática consiste em obter o consenso por meio da universalização de concepções e ideais particulares de uma fração de classe dominante e dirigente.

A filosofia adotada pelas frações de classe dominantes foi a do consenso já que, nesta correlação de forças, uma fração de classe pode ser dominante e perder a direção moral e intelectual. Deixando de atuar como frente cultural, as classes dominantes estariam no que Gramsci chamou de “crise de autoridade”. O fator determinante na tentativa de manter a hegemonia política é ter representantes na sociedade civil: conselho, comissão, grupo de trabalhos, enfim, na construção da direção política.

A guerra de posição exige, no entanto, uma concentração de hegemonia, que é medida pelo controle, sendo os conselhos espaços que surgem neste sentido. As associações na sociedade civil e o conjunto de experiências que a vida civil propicia condicionam novas conjunturas e correlações de forças expressando ganhos graduais, dependendo da capacidade da sociedade civil.

A resistência passiva de Ghandi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento (...) mas toda luta política tem sempre um substrato militar (GRAMSCI, 2011:295).

Gramsci se pergunta “quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (GRAMSCI, 2011:299). Na abordagem de Gramsci, é preciso saber se, em caso de assalto ao poder, o volume de luta que ocorre anos antes do assalto de fato, pode aumentar as chances de resistência e permanência do aparelho de hegemonia, depois do assalto. Por fim, sublinha que esta questão carece de caráter prático, por estar apenas no campo literário da teoria política.

A concepção gramsciana de Sindicato

No tocante ao sindicato, Gramsci considera que deve ser concebido como o espaço em que a guerra de posição é mais valorizada, ou seja, é necessário ser responsável pelo benefício da legalidade industrial, porém entendendo que a disciplina sindical requer uma visão dialética: como o sindicato deve obter ganhos de posição e lutar contra um processo natural de burocratização de seus quadros? De acordo com Gramsci, o sindicato está associado à legalidade industrial que possui em si mesma um valor histórico, já que formaríamos um “juízo sobre a natureza e o valor da legalidade industrial” (GRAMSCI, 2011:80).

Os sindicatos na visão de Gramsci nada mais são do que a “forma que a mercadoria-trabalho assume (é a única que pode assumir) em regime capitalista” (GRAMSCI, 2011:79). Para o comunista italiano, o sindicato se caracteriza por dois dados: engloba muitos filiados e concentra o poder, separando-se das massas. Quando a direção do sindicato é capaz de assumir compromissos com o empresariado, está defendendo a legalidade industrial, porque nasce fundamentalmente dela. Ao invés de dar asas a impulsividade da classe operária, Gramsci chama a atenção para a necessidade de regular este ímpeto revolucionário imediatista ou espontâneo. Se, de fato, o sindicato

considerar a legalidade industrial um estado de coisas passageiro, se ele promover uma orientação em torno de melhorias para a classe operária, e se trabalhar para uma possível ofensiva vitoriosa contra o capital, então o sindicato é um instrumento revolucionário.

O sindicato é responsável pelo compromisso com o patrão, porém também é a garantia de comida e teto para a família. Diante desta condição inicial, não parece possível na perspectiva de Gramsci que o sindicato aja contrariamente ao esperado pelos patrões; ou seja, trata-se de um locus privilegiado em que a guerra de posição é a única maneira possível de se fazer política eficiente. Se há espaços para espontaneidades da classe operária, estes locais não são os sindicatos, pois apesar da estratégia revolucionária, os sindicatos oferecem ganhos graduais próprios de uma guerra de posição.

É salientado o poder do sindicato no que se refere à disciplina, à regulação das impulsividades da classe operária. Para Gramsci, se o sindicato é um organismo que prepara para a revolução, formando homens e divulgando suas teses, então será visto como um poderoso movimento pelas massas. No entanto, Gramsci identifica na realidade italiana um sindicato que concebe a legalidade industrial como eterna, e aqui existe a menção aos chamados marxistas maximalistas – “o maximalismo é uma concepção fatalista e mecânica da doutrina de Marx” (GRAMSCI, 2011:102).

Gramsci desenvolve a idéia segundo a qual o sindicato deve se distinguir da massa de filiados qualitativamente, no sentido de que deve haver uma disciplina sindical e uma concentração sistemática desta disciplina. Contra os economicistas que esperam passivamente a explosão que antecederia à revolução, Gramsci sublinha a disciplina sindical como forma de regular o impulso das massas, porém adverte aos perigos da concentração desta disciplina que poderia aumentar a burocratização do sindicato. De toda sorte, sindicatos são o meio pelo qual a consciência da classe operária se concretiza em termos de práticas favoráveis, na medida em que a sociedade civil está em disputa

Conjuntura de surgimento dos conselhos

A década de 1980 e 1990 foi marcada por um debate constitucional, e este debate sofreu grande influência das reformulações do pensamento liberal. A criação de diversas organizações da sociedade civil, desde movimentos ligados as questões do mundo do trabalho (MST, CUT, PT) até as ONG, fortalece o discurso sobre a necessidade de tornar as representações da sociedade civil em promotoras e/ou executoras de políticas públicas. É neste contexto que se multiplicam as propostas de criação de conselhos interinstitucionais.

O Brasil, entre 1969 e 1984, passou para a fase do capitalismo monopolista de Estado. Essa modernização, ainda que conservadora, consolidou de modo “irreversível” os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade, por dois motivos: 1) a socialização da política; e 2) a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado. Os aparelhos de hegemonia são utilizados tanto pelo capitalista quanto pelo trabalhador, por meio de intelectuais orgânicos que formulam e executam uma dada educação política, para fins de cooptação e estabelecimento do consenso. Interessa investigar aqui a capacidade que a incorporação de frações de classe dominante dispõe no contexto de criação das CIEA.

Na perspectiva de um Estado educador, convém salientarmos a função pedagógica deste Estado. As agências e as empresas, juntamente com os partidos políticos poderiam projetar teses acerca de serviços ao público, tangenciando uma ação que na concepção marxista tem uma trajetória pré-definida: Estado – público. Este caminho é

interrompido por membros da sociedade civil, como empresas e ONG, e o trajeto redefinido de acordo com as diretrizes de quem tem o consenso, e o poder deliberativo.

No contexto de criação de espaços interinstitucionais, o percurso de surgimento de um espaço que congregue a sociedade civil e os membros do Governo, deve mostrar em que medida é aceitável a idéia de que este espaço não tenha poder deliberativo, havendo inclusive restrições à participação dos trabalhadores no conselho. A política de criação dos CIEA é parte de um conjunto de política submetida a uma educação política desenvolvida por aparelhos privados de hegemonia. A pedagogia do capital é exercida na forma e no conteúdo de programas e projetos políticos para que sejam assimiladas as frações de classes que estejam atravancando o percurso de certa fração de classe dominante, no sentido de estabelecer um consenso.

A importância do debate sobre o Estado e da “nova pedagogia da hegemonia” associada a isto, está na incorporação pela sociedade civil de parte da sociedade política. Gramsci enfatiza este movimento, em casos de crise de hegemonia, e é através da “onguização” que a sociedade política foi incorporada, dispondo o poder público a atuar em parceria, escondido em discursos envolvendo responsabilidade social e sustentabilidade. O novo padrão de sociabilidade do capital foi moldado segundo a lógica da união de ONG, partidos e governo em torno do mesmo fim: a responsabilidade social. A estratégia de educar o consenso consiste em um convencimento coletivo, de grupos coletivos, pois a base de uma hegemonia é a universalização de interesses particulares. De modo semelhante aos burgueses que derrotaram o Absolutismo e universalizam os ideais, o empresariado e as ONG, filiados a uma política internacional consubstanciada na “terceira via”, procura tornar geral aquilo que lhe é particular.

De fato, ocorre no Brasil o processo de “onguização” e de mercantilização filantrópica, em um contexto onde ONG foram multiplicadas segundo um modelo antiestatal, ao mesmo tempo elevada politicamente pelo crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Estes processos culminaram em projetos de educação e formação de mão de obra no que a autora chamou de “cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes na origem das aflições imediatas” (FONTES, 2010 p. 231). Neste sentido, a redemocratização brasileira e os anos 1990 e 2000 assistiram à difusão da “crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes”.

De acordo com Virginia Fontes (FONTES, 2010), as entidades sociais populares basilares deste processo eram o Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST. Cabe destacar o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seguindo a Teologia da Libertação que foi restringida pela Igreja Católica, mas mesmo assim coube a institucionalidade que já existia a adequação ao formato ONG em expansão.

A ampliação do PT engendraria o debate sobre hegemonia, adquirindo centralidade na compreensão do fenômeno da sociedade civil no Brasil. O conceito de sociedade civil passou a ser interpretado como “o terreno dos movimentos populares, olvidando-se do peso histórico e social das organizações de base empresarial e ficando à sombra o empresariamento que se iniciava no interior das ONG” (FONTES, 2010, p. 240).

É neste contexto que crescem as associações empresariais, sedentas pela permanência da propriedade, contrárias às lutas populares e desejosas de expressar racionalmente “a contraposição entre sociedade e Estado, de cunho tipicamente liberal” (FONTES, *ibidem*). Estas entidades do empresariado eram encampadas pela luta anti-Estado, que seriam agressivas no processo constituinte, e eram também ambíguas, pois tanto poderiam atuar corporativamente quanto politicamente como sociedade civil.

Desde 1990, no Brasil, uma nova pedagogia da hegemonia do capital refletiu uma proposta de reforma do Estado no contexto de reorganização da sociabilidade do capital (NEVES, 2000). A tarefa de garantir domínio e a direção política move e expressa a luta de classes, embora estejam em certa medida atrelados, em um campo intermediário que mescla frações de distintas classes. Apesar da capacidade de incorporação das massas ter sido capaz de imobilizar os movimentos sociais estes foram marcados na história pela pressão que exerceram na sociedade política de cada época, segundo condições específicas. Daí a importância do conceito de Estado Ocidental, que engloba estas casamatas ou trincheiras que aglutinam interesses e constituem-se em uma certa materialidade, os aparelhos privados de hegemonia. As associações comunitárias, os sindicatos e os espaços de debate e reflexão política são elementos novos incorporados pelas frações de classe dominante, em que foi forjado um Estado mais complexo.

A nova pedagogia da hegemonia previu um conjunto de programas a serem delineados na forma de uma educação política. A trajetória de empresários e trabalhadores estaria marcada pela influência que certas frações de classe dirigente imprimiram na política. A influência política é uma contrapartida relativa à socialização da participação política.

Isto coloca o papel da representação, e também o dos sindicatos na ordem do dia: afirmar que uma CIEA restringe a participação de representantes dos trabalhadores, ou mesmo havendo permissão a participarem, a própria ausência de representantes, é olvidar certas questões. Por que considerar que o trabalhador tem o mesmo interesse do patrão? No caso do CIEA, o poder consultivo que restringe o papel político deste espaço pode em si mesmo ser uma restrição à socialização da política?

A escolha de um conceito como o de Estado Ocidental permite a compreensão da mudança na estratégia política das classes dirigentes nos 1990 no Brasil. É importante sublinhar que, devido à alteração no interior do Estado entre 1870 e 1920, se tornando um Estado “ocidental”, as correntes teóricas do início do século XX, tanto os liberais quanto os marxistas se depararam com este novo Estado, se comparado ao que Marx conheceu. A existência de uma arena onde as idéias são disputadas e a sociedade é convidada a participar é uma novidade que motivou tanto os liberais quanto os marxistas.

O Estado Ocidental supera a concepção de Estado para os marxistas do seu tempo, porque simplesmente nele é impossível o assalto ao poder. As massas estão participando ainda que de forma restrita da política. Os sindicatos e os partidos estão cada um do seu modo desfrutando de um direito conquistado a menos de meio século em alguns países. Por isso, pela impossibilidade uma guerra de movimento, ou seja, de assalto ao poder, a estratégia inerente à busca da hegemonia era universalizada no sentido que Gramsci confere ao intelectual orgânico. O conceito de intelectual é compreendido a partir da noção de aparelho privado de hegemonia. O intelectual é orgânico porque sua formação está de acordo com os interesses de uma organização específica.

A novidade da década de 1990, relativa à estratégia norteadora da educação política das classes dominantes, partiu da concepção generalizada de fim do socialismo após a queda do muro de Berlim. Ao momento de crise de hegemonia, as frações das classes dominantes responderam com um aceno a um período de esvaziamento do Estado, identificado com o Estado de Bem Estar Social superado. A saída encontrada foi, em função da abertura econômica, educar o consenso pela política do voluntarismo, do empreendedorismo e de colaboracionismo.

De fato, a crise de hegemonia instigou o desenvolvimento e a projeção de um novo padrão de sociabilidade do capital, em que o direito conquistado passasse ao nível de um serviço oferecido. A forma como as frações de classe dominante encontraram para

garantir seus projetos foi aplicar o receituário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional às políticas públicas. Neste sentido, a antiga sociabilidade do capital defendida pelos liberais ortodoxos estaria sendo superada. E esta melhoria estaria justamente na regulação estatal sobre o mercado, mas também através de um incentivo à participação da sociedade civil como executora e/ou formuladora das políticas públicas. Na realidade, o FMI e o BM impuseram este “incentivo” como condição a empréstimos substanciais neste processo de entrada de capital externo aos países latino americanos.

De acordo com a estratégia de assimilação de frações de classes em torno dos ideais de responsabilidade social e etc., a “desresponsabilização” do Estado para com os serviços públicos foi crescendo brutalmente no Brasil. Estudos apontam para uma política que disciplinou as massas (FONTES, *ibidem*), no sentido de tornar a massa responsável por um serviço que ela deveria receber gratuitamente pelo Estado.

A estratégia nesta nova pedagogia seria em promover uma educação política através de intelectuais orgânicos em condições de formular e divulgar seus ideais. A promoção e a divulgação possuem enorme impacto tanto para os trabalhadores quanto para os empresários, e estes projetos e programas se destinam a dialogar com outras correntes, fortalecendo casamatas, unindo partidos, governo e empresários em prol de um novo programa político. Com este pensamento, entre a formulação neoliberal e a terceira via, a influência nas políticas públicas expressou a ofensiva das classes historicamente dominantes no Brasil pela garantia de uma nova sociabilidade do capital.

É neste sentido que a relação entre público e privado está sendo investigada. Especificamente pelo campo a qual esta dissertação está atrelada, o campo do materialismo histórico, a relação entre público e privado foi abordada no sentido de que o “estado gerencial” pretende tornar “direitos conquistados em serviços oferecidos” (KAPLAN & LOUREIRO, 2011). De fato, se a participação das ONG foi “aconselhada” pelo FMI e pelo BM, cabe lembrar que em determinado momento de crise da hegemonia, a sociedade política é absorvida pela sociedade civil. A socialização da participação política pode ser uma arma contra o “feiticeiro”, como uma forma de controle e fiscalização da política, se a capacidade de absorção é abalada. Se o próprio Estado se sente ameaçado pelas massas, trata de tentar o convencimento, na busca da criação do consenso.

Na prática, a socialização da política vem acompanhada por políticas contrárias a mesma, como, por exemplo, a propaganda que bombardeia o “público” e enaltece o “privado”, justificando seu discurso pelo critério tecnocrático da eficiência e da eficácia. A valorização do privado em detrimento do público gera a desvalorização do servidor e logo do serviço público, o que é um impacto grande nos destinatários destes serviços, que não podem comprar os serviços oferecidos pelas instituições privadas, como educação, por exemplo.

Um estudo de caso: as políticas de criação dos CIEA

Para entender a estratégia de reordenamento da sociabilidade no início do século XXI no campo da educação ambiental foi analisado o documento de criação das CIEA Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental. Neste sentido, este artigo pretende uma análise crítica da lógica argumentativa que dialogue com outras concepções de democracia e Estado, de forma a enriquecer o debate sobre conselhos no Brasil, contextualizando o processo estratégico na história das frações de classe dominante que a leva a assegurar o consenso e garantir a hegemonia.

A lei 9795/99 dispõe sobre a PNEA e, em seu art. 1º, trata a educação ambiental na perspectiva de construção de valores, destacando a educação ambiental como criadora de valores. Para que o diálogo entre os setores da sociedade seja efetivado, bem como para que sejam as políticas implementadas, surgiram as Comissões Interinstitucionais. A função deste espaço é propor as diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental e do Programa Estaduais, sendo um espaço definido como colegiados estaduais.

Os ministros do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação compõem o Órgão Gestor, responsável por coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental. O Órgão Gestor é caracterizado por uma “gestão compartilhada” entre os Sistemas de Ensino e os Sistemas de Meio Ambiente estaduais. As Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA) foram criadas em um documento do MEC e do MMA, como “espaços educadores democráticos”. Segundo o documento, a institucionalização desta seria “recomendável” aos municípios para se considerarem as especificidades municipais das políticas de educação ambiental.

Esta orientação para criação de valores assinala o diálogo e a convivência possível entre sociedade civil e poder público, como mecanismos de uma educação para a “sustentabilidade”, capazes de materializarem, na forma de projetos, políticas públicas concretas. Em setembro de 2003, 19 CIEA debateram com o Órgão Gestor as diretrizes da Educação Ambiental no Brasil; elegeram um representante para o Comitê Assessor, e no dia 17 de novembro do mesmo ano, se instaurou o Comitê Assessor, órgão de assessoria ao Órgão Gestor (OG). Em 2004, em Goiânia, foi realizado em parceria MEC e MMA o I Encontro sobre Políticas Públicas de EA, reunindo secretários e gestores públicos (Documentos Técnicos n. 1 MMA).

O documento de criação das CIEA se baseia numa alteração na administração do governo, de “democracia representativa” para “gestão participativa”; na representativa os políticos eleitos têm inteira responsabilidade pela administração; na gestão participativa, a sociedade teria parcela de responsabilidade pela administração. Neste documento, o discurso justificador desta mudança é composto por categorias como “transparência” e “clareza”, presente no escopo de uma nova estratégia política das elites. Expressão muito usada é a de “bem comum”, além dos termos “flexibilidade” e “autonomia”.

Com o objetivo de definir as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA-RJ), o GIEA, em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), organizaria e promoveria uma consulta pública através de reuniões com educadores ambientais para a elaboração do Programa de Educação Ambiental do RJ². Este programa, de âmbito estadual, teria como meta fortalecer a educação ambiental como prática de construção da cidadania.

O caráter da gestão democrática é reiterado várias vezes no documento. Cada CIEA deve elaborar e implementar a política de acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental. Nos termos do discurso oficial sempre afirmar que será feita esta política de maneira “descentralizada” e “participativa”. Dentre as responsabilidades, está a de “captar recursos”, acompanhando ações de educação ambiental e analisando resultados incompletos. O documento afirma que as CIEA, “acima de tudo”, devem ser “espaços educadores”. As CIEA devem trabalhar em sintonia com a Política e o Programa Nacional de EA. Afirma “acima de tudo”, ou seja, prioriza o papel de um

² <http://proearj.cederj.edu.br/plataformalite/blog.exibirpostagem?codigo=5>. Acessado em 12/12/11.

espaço educador onde se leva em conta a formação dos participantes e de “todos os habitantes do Estado”.

Estudos apontam para o fato de que superar a falsa dualidade Estado-sociedade civil é superar a aceitação de redução de verbas públicas, ressignificando “público” por “interesse público”, e “transformando direitos sociais conquistados em serviços sociais oferecidos” (KAPLAN e LOUREIRO, 2011: 12). Com isso, é destacado o papel do Estado educador em utilizar estratégias de estabelecimento de consensos na sociedade civil. O Estado estaria numa “lógica de apropriação privada das institucionalidades públicas” (ibidem: 2011). A hegemonia se consolida quando ocorre a imposição da naturalização e a naturalização da imposição. Enfim, há projetos políticos e epistêmicos em disputa na sociedade e na educação ambiental.

As CIEA teriam também função de “porta-vozes” de coletivos com as Redes de EA. Focalizando o encurtamento dos atores, o CIEA cumpre a missão de interlocutor entre os espaços de atuação dos diversos coletivos da sociedade civil. Estes coletivos cresceram muito desde a Rio 92, e o poder público. De acordo estudos, “os conceitos de Estado e sociedade civil [estão] mais pertos das formulações do neoliberalismo da ‘terceira via’ (...) sociedade pautada pela parceria, pelo consenso, e conciliação de classes” (KAPLAN & LOUREIRO, 2011).

Nas considerações finais do documento de criação das CIEA, a perspectiva crítica e transformadora - que problematiza a presença de empresas e ONG a oferecer serviços de EA nas escolas públicas; que defendem o aumento de verbas públicas para o setor social; e que, enfim, são contra as políticas privativas por detrás da implementação da EA – é identificada como “postura conservadora”, e que por isso seria preciso uma ruptura desta visão conservadora para que novas posturas de construção de políticas públicas se desenvolvam.

O documento de criação da CIEA sublinha que se trata de um processo que está além da instituição da EA, que esta mudança de postura se dá pela elaboração de políticas públicas com base em “formas participativas”. As CIEA são o Comitê Assessor em nível estadual. Estas enfrentam dificuldades de criação nas UF, mas segundo o documento, ao mesmo tempo conquistaram avanços, como a experiência de “novas formas de construção de políticas públicas” de EA, de novo trazendo jargões próximos da concepção de Estado Gerencial, como uma “forma participativa e democrática”.

Se este Estado Educador está sendo o instrumento para obter o consenso, mas como os sindicatos podem estar dispostos a aderir voluntariamente a programas e projetos contrários a seus interesses políticos? Dentro da estratégia educadora para adaptar a sociedade a um novo padrão de sociabilidade? Ou estes espaços interinstitucionais e as políticas que os criaram representam possibilidades de conquistas por parte das classes historicamente dominadas? A formulação e execução de políticas públicas, ao serem responsabilidade de ONG e empresas, reduzem o caráter do público? As políticas criadoras de conselhos como as CIEA são parte da estratégia do Estado gerencial?

Conclusão

Este artigo operou um estudo sobre os limites desta instância formal incapaz de deliberar. Para a compreensão deste “espaço político” foi necessário uma contextualização para uma visão panorâmica da proliferação de CIEA pelos estados brasileiros. A conclusão identificou que as políticas de criação dos CIEA respondem a um programa de reorganização do padrão de sociabilidade do capital. As frações de classe dominantes, na tarefa de imprimir sua educação política, influenciaram nas políticas públicas no tocante à criação destes espaços interinstitucionais. Sem poderes

deliberativos, estes espaços se aproximam da estratégia do Estado Gerencial em se desresponsabilizar pela formulação e elaboração das políticas públicas, e então fomentando a criação de ONG e empresas como formuladores e executores das políticas.

Referências Bibliográficas:

FONTES, Virgínia “*O Brasil e o capital-imperialismo*” 2º Ed. Rio de Janeiro EPSJV/Editora UFRJ, 2010

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benito Croce. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999

MARTINS, André S.. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.

NEVES, L.M.W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.